

Portugal e o mapa da TV digital terrestre na Europa

Sergio Denicoli

Helena Sousa

Universidade do Minho

2009

Resumo: O ano de 2012 é o prazo final, estabelecido pela União Europeia, para que os países-membros desliguem definitivamente os sinais analógicos da televisão terrestre. Para que a determinação seja cumprida, é necessária uma preparação que garanta a recepção da TV digital terrestre (TDT) a todos os cidadãos. Este estudo faz um mapeamento e analisa as políticas de implementação da TV digital terrestre na Europa. Também observa, destacadamente, o cenário de Portugal e as consequências para o país, por ser este um dos últimos a implementar a TDT.

Palavras-chave: Televisão digital terrestre, radiodifusão digital.

1 - Introdução

Para fazer um mapeamento actual da televisão digital terrestre na Europa e uma análise do facto de Portugal ser um dos sete países mais atrasados na digitalização dos sinais televisivos terrestres, entre os estados-membros da União Europeia, faz-se necessária uma pequena introdução a respeito da trajectória da Europa em relação às políticas audiovisuais, relacionadas à convergência e às tecnologias digitais.

A ideia de uma política pan-europeia da indústria audiovisual começou a ser elaborada nos anos 80, quando os países discutiam a possibilidade de haver um standard comum para a TV de alta definição (HDTV), ainda na plataforma analógica. Este standard seria o MAC HDTV, cujo objectivo do seu desenvolvimento era competir com a HDTV americana e japonesa. No entanto, o MAC HDTV nunca foi usado, devido a conflitos de interesses, sobretudo em relação aos *satellite players*. Além disso, o rápido avanço das tecnologias digitais também ajudou a afundar o projecto (Näränen, 2005).

Também na década de 1980, paralelamente às discussões em torno dos standards, a Europa iniciou um debate aprofundado sobre a construção de directivas, para uma cooperação entre os países, na produção de conteúdos, inovação e distribuição de programas mediáticos. Havia um contexto político neoliberal, influenciado pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, que incentivava a abertura dos mercados e que marcou uma época, provocando grandes mudanças nas relações económicas europeias, em diversos níveis. No sector das comunicações, houve uma profunda desregulamentação, que resultou no fim dos monopólios públicos de transmissão televisiva.

Em 1982 o relatório Hahn (Hahn, 1982), do Parlamento Europeu, reconhecia o controlo nacional dos média de massa como entrave à integração da Europa. Em 1984 foi divulgado o Livro Verde “Televisão sem Fronteiras¹”, que ressaltava a importância das transmissões televisivas, e também de rádio, para a integração da Europa, bem como algumas directrizes para a formação de um mercado audiovisual comum e democrático. Dada a importância e a relevância da discussão em torno da formação desse mercado

¹ http://aei.pitt.edu/1151/01/TV_frontiers_gp_pt_1_3.pdf

comum, em 1989, a iniciativa Televisão Sem Fronteiras passou a ser uma directiva, que foi revista em 1997² e passa agora por mais uma revisão.

Segundo Näränen (2005), especificamente sobre a televisão digital, o primeiro documento que falava sobre uma política europeia foi elaborado pelo *European Council*, em 1994, e considerava que um standard comum para as emissões digitais televisivas seria uma pré-condição essencial para a construção de um mercado pan-europeu de TV digital. O investigador refere-se ainda à iniciativa do Parlamento Europeu de criar a directiva “*Advanced Television Standards*”, em 1995, que acabou por não alcançar um consenso para a implementação de standards comuns. A tarefa de criar esses standards acabou por ser responsabilidade de um consórcio formado por diversas entidades, entre *broadcasters*, fabricantes, reguladores e operadores de televisão. Esse consórcio, denominado *Digital Video Broadcast (DVB)*, conseguiu desenvolver os padrões para a TV digital europeia. O grupo surgiu em 1991, com o nome *European Launching Group (ELG)*. Em Setembro de 1993, os membros do ELG assinaram um documento chamado *Memorandum of Understanding (MoU)*, que representou, na prática, o nascimento do sistema europeu de TV digital - o DVB, e do DVB Group, que veio substituir o ELG. Hoje, o DVB Group envolve mais de 280 entidades, tem ramificações em 35 países e seus standards estão disponíveis em todos os continentes, contabilizando cerca de 220 milhões de receptores³.

Em 1997 foi publicado o “Livro Verde da Convergência”⁴, que apoiava a definição de normas regulatórias para possibilitar que a convergência digital fosse um factor de integração mercadológica a partir da Europa, mas com a possibilidade de expandir fronteiras para além da União Europeia.

No caso da integração Portuguesa, o país assinou o Tratado de Adesão à Comunidade Europeia (CE) no dia 12 de Junho de 1985. O pedido havia sido feito pelo I Governo Constitucional, em 28 de Março de 1977, por meio do Primeiro-Ministro, Mário Soares. O país experimentava um período em que era necessário fortalecer a sua democracia. A entrada de Portugal à CE desencadeou reformas estruturais, pois a adesão significava a aceitação às regras do Mercado Europeu, da Europa sem fronteiras,

² <http://aei.pitt.edu/3112/01/000049.PDF>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

³ http://www.dvb.org/about_dvb/. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

⁴ http://aei.pitt.edu/1160/01/telecom_convergence_gp_COM_97_623.pdf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

e a renegação a um sistema que esteve em vigor por um longo tempo, alimentado por uma sociedade fechada, proteccionista, que concedia privilégios, de acordo com os sabores da ingerência política (Martins, 2005).

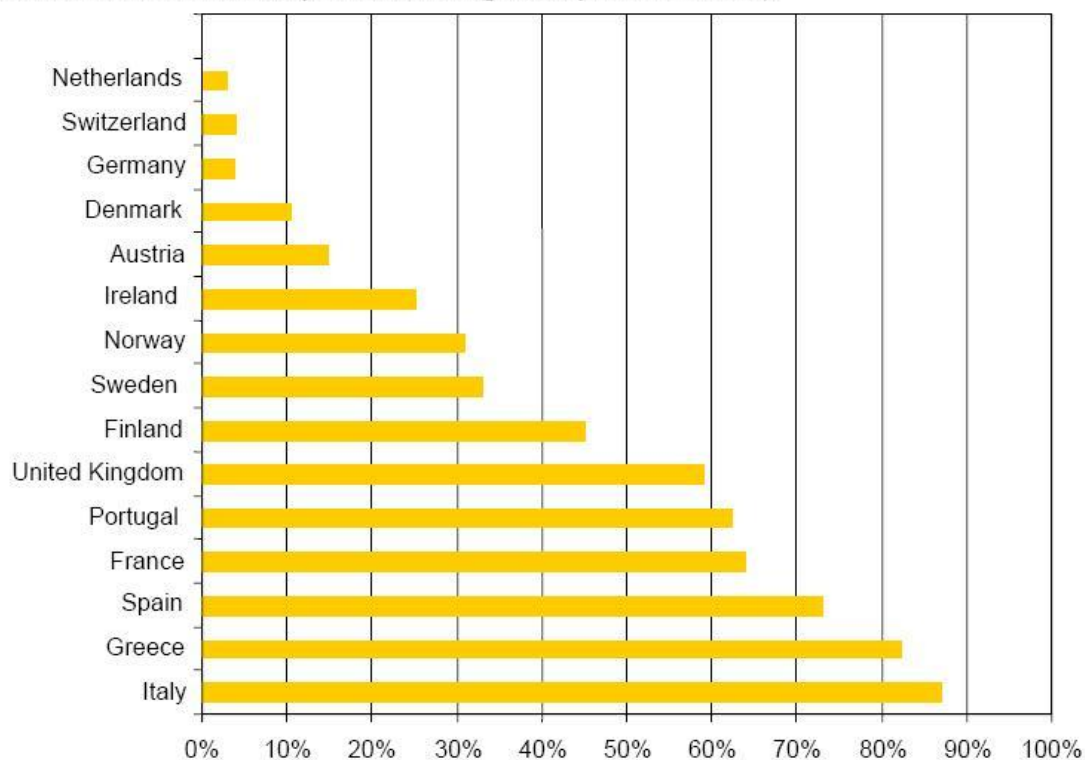
Nesse período, as comunicações sofriam, por si só, uma revolução, pois o desenvolvimento do uso dos satélites e das fibras ópticas abria espaço para a convergência das tecnologias de distribuição. A Europa estava atenta a isso e Portugal, já integrado, sofreria as influências dessa política para o audiovisual. No afã de acompanhar as inovações tecnológicas, o país lançou, em 2001, o concurso para a implementação da TV digital terrestre, mas a iniciativa mostrou-se desastrosa, por questões técnicas e económicas, pois ainda não havia um modelo de negócios definido para a TDT e as tecnologias de transmissão digitais ainda estavam em fase primária de desenvolvimento. Após a experiência mal sucedida, o mercado português retraiu-se, ao contrário da maioria dos mercados da Europa, que avançaram. Países como Reino Unido e Espanha, que amargaram prejuízos nas primeiras experiências fracassadas com a TDT, reformularam seus projectos e inovaram, conseguindo colocar nos trilhos o comboio da nova tecnologia televisiva (Denicoli e Sousa, 2007).

2 - O mapa da TDT em 2009

É preciso considerar que o quadro das transmissões televisivas terrestres na Europa é muito heterogéneo. Em alguns países, o número de famílias que recebem o sinal terrestre é muito pequeno em relação às famílias que recebem outras plataformas, como o cabo.

Confira o gráfico, apresentado pela *European Broadcasting Union* (EBU) e divulgado pelo Digitag (2008), que mostra a proporção de famílias que recebem o sinal terrestre em alguns dos principais países da Europa:

Share of terrestrial-only households (primary television set)



Essas disparidades fazem com que cada país defina a sua política de acordo com a demanda existente, mas sempre evitando medidas que vão de encontro ao que foi estabelecido pela Comissão Europeia, de forma que as particularidades de cada Estado não prejudiquem o projecto que envolve todos os outros membros da União Europeia. Segundo Friedman (2008), neste tempo de mudança global no ambiente mediático, novos actores, tecnologias e paradigmas estão a emergir, criando novos ou acelerando conflitos no processo de construção das políticas dos média, que envolvem níveis nacionais e supranacionais, interesses públicos e interesses privados, etc.

Neste contexto de construção de uma política comum que equilibre os interesses de todos *stakeholders*, cada país vem desenvolvendo sua política relativa à implementação da TV digital, estabelecendo datas e metas. Portugal é um dos sete países mais atrasados no início das transmissões digitais, juntamente com Polónia, Chipre, Irlanda, Roménia, Letónia e Eslováquia. Confira, abaixo, uma tabela com as datas previstas para o apagão analógico nos países-membros e as datas de arranque da TDT:

País	Arranque da TDT	Swich-off analógico
Alemanha	2002	2008

Áustria	2006	2010
Bélgica	2002	2011
Bulgária	2008	2012
Chipre	2010	2012
Dinamarca	2006	2009
Eslováquia	2010	2012
Eslovénia	2007	2012
Espanha	2000	2010
Estónia	2006	2010
Finlândia	2001	2007
França	2005	2011
Grécia	2008	2012
Holanda	2003	2006
Hungria	2008	2012
Irlanda	2010	2012
Itália	2004	2012
Letónia	2011	Sem previsão
Lituânia	2006	2012
Luxemburgo	2006	2006
Malta	2005	2010
Polónia	2009	2015
Portugal	2009	2012
Reino Unido	1998	2012
República Checa	2005	2011
Roménia	2010	Sem previsão
Suécia	1999	2007

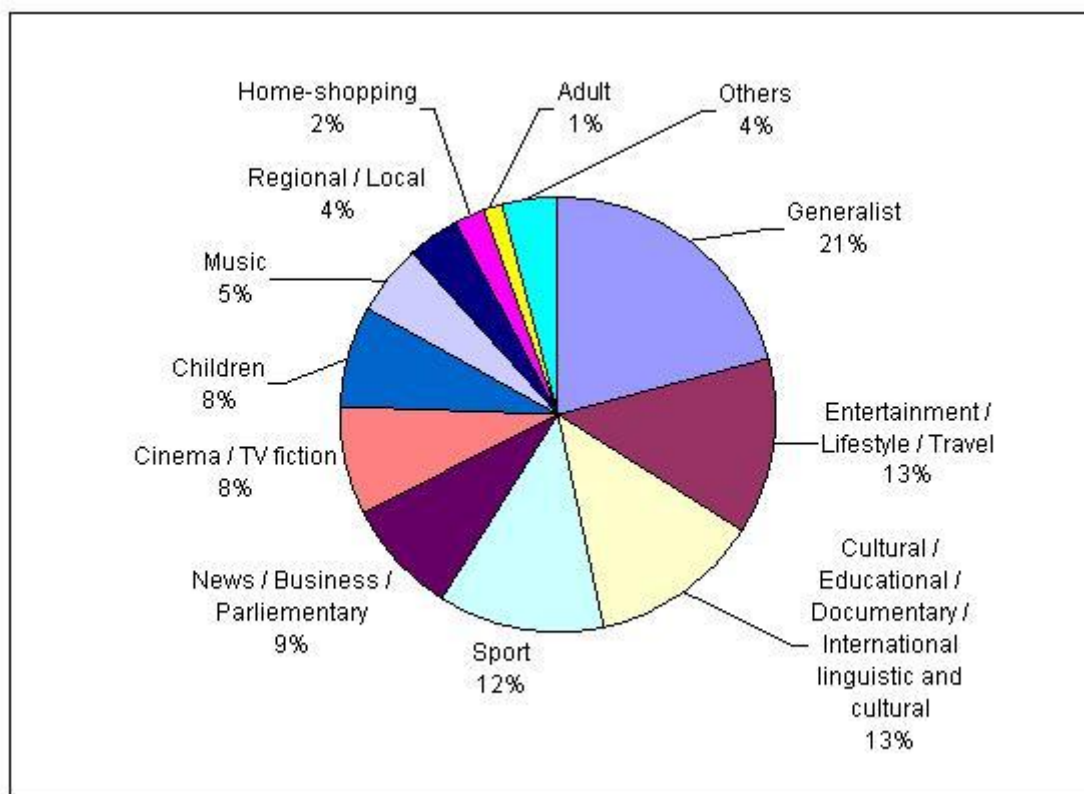
Fontes: DVB Group /Digitag / Comissão Europeia

A Europa conta hoje com mais de 500 canais na TV digital terrestre, segundo estudo encomendado pelo Observatório Audiovisual Europeu⁵. Além dos estados-membros da União Europeia, a pesquisa incluiu a Croácia e a Turquia. Outro dado que chama a atenção no estudo é a força dos operadores públicos na TV digital terrestre. Na

⁵ http://www.obs.coe.int/about/oea/pr/miptv2009_mavise.html. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

TDT eles representam 25% dos canais, enquanto os canais privados somam 75%. Se considerarmos todas as plataformas, os canais públicos têm um peso de 7%, enquanto os privados representam 93% dos canais.

Veja o gráfico com a distribuição dos canais da TDT europeia, de acordo com o conteúdo apresentado:



Fonte: Observatório Audiovisual Europeu⁶

Analisaremos, a seguir, o processo de implementação da TV digital terrestre, nos 27 países-membros da União Europeia.

3 - Reino Unido e Espanha: os pioneiros

As experiências na implementação da TDT no Reino Unido e na Espanha foram as pioneiras na Europa e os erros ocorridos, até que os mercados fossem ajustados à TV digital terrestre, são utilizados como referência nos demais países. Por isso, destacamos

⁶ [Em linha] http://www.obs.coe.int/about/oea/pr/miptv2009_mavise.html. Acesso em 25 de Fevereiro de 2009.

aqui, de forma mais detalhada, o nascimento e desenvolvimento da TDT europeia nesses dois países.

3.1 - Reino Unido

O Reino Unido foi o primeiro país do mundo a disponibilizar a televisão digital terrestre. O início efectivo do processo de implementação da TDT ocorreu em 1995, a partir da publicação do Livro Branco “*Digital Terrestrial Broadcasting: The Government’s Proposals*”, que previa a existência de seis multiplexers.

Em 1996, foram definidas as frequências da TDT e decidiu-se alocar os operadores que já actuavam na TV terrestre analógica em três multiplexers (1, 2 e A). Os outros três multiplexers (B, C e D) foram destinados a uma entidade decidida por meio de licitação pública. O mux A tinha uma particularidade, pois seria concedido também por licitação, sendo que o vencedor teria que disponibilizar metade do multiplex para a transmissão dos canais S4C (Versão em Welsh⁷ do Channel 4) e Channel 5.

As emissões da TDT no Reino Unidos começaram em 1998. As concessões ficaram da seguinte forma:

Mux 1	BBC (BBC1 e BBC2)
Mux 2	ITV (Channel 3) e Channel 4
Mux A	SDN (Joint-venture formada para concorrer ao Multiplex)
Muxes B, C e D	ONdigital

Free-to-air channels:

Além dos canais que os telespectadores já recebiam na TV analógica, a TV digital aberta trouxe mais um canal da ITV, chamado ITV2, e mais quatro canais da BBC: BBC News 24, BBC Choice (um complemento aos conteúdos dos canais BBC1 e BBC2), BBC Parliament e BBC Knowledge. Esses canais eram disponibilizados para os subscritores dos serviços digitais, não apenas na plataforma terrestre, mas também por

⁷ Welsh, que é a língua Galesa.

satélite e cabo. Portanto, o impacto de lançamento da TDT no Reino Unido deve ser observado de acordo com as lógicas do mercado de Pay-TV, como veremos a seguir.

Pay-TV:

O mais forte consórcio candidato às licenças dos multiplexers B, C e D era formado inicialmente pela Carlton Communications, Granada Group e BSkyB⁸. No entanto, foi exigida a saída da BSkyB, pois ela já dominava o mercado de TV paga com uma plataforma analógica via satélite. Só assim o consórcio pode concorrer e teve a licença atribuída em 1997⁹. O consórcio iniciou as transmissões em Novembro de 1998, com o nome de ONdigital.

Entre os principais critérios de selecção estavam a maior possibilidade de cobertura da população, velocidade para que os serviços fossem disponibilizados, variedades de oferta da programação e planos para promover a aquisição de descodificadores pelos telespectadores.

Um mês antes de ser lançada a ONdigital, a BSkyB iniciou um serviço de TV digital por satélite. As duas operadoras digitais tiveram um início significativo, conseguindo atrair muitos telespectadores, sobretudo quando passaram a fornecer as *set-top-boxes* gratuitamente. A ONdigital oferecia um pacote com 12 canais por £9,99 por mês, enquanto a BSkyB oferecia um pacote família, com 40 canais, por £11,99 por mês.

Segundo Goodwin (2005), a ONdigital acreditava que o número de canais não era o essencial na escolha do telespectador, mas sim a qualidade. Mas, além de oferecer menos canais por quase a mesma quantia da concorrente, a ONdigital enfrentava problemas técnicos, devido à má recepção do sinal terrestre em alguns pontos. Isso levou a empresa a perder aceitação no mercado. Em 2001, mudou o nome para ITV Digital, na tentativa de reposicionar-se e melhorar a sua imagem perante os telespectadores, mas os esforços e o dinheiro gasto em uma caríssima campanha publicitária foram em vão. Já a BSkyB conseguiu crescer e dominou o mercado, pois, em 2001, quando encerrou os serviços analógicos, conseguiu manter agregar seus clientes na plataforma digital. Os executivos da ONdigital/ITV avaliaram que tiveram

⁸ A BSkyB era líder no mercado de TV por subscrição com sua plataforma via satélite. A empresa resultou de um processo de fusão, ocorrido em 1990, entre a Sky, de Rupert Murdoch, e a British Satellite Broadcasting (BSB).

⁹ A concorrente da ONdigital no processo de licitação foi a DTN, empresa norte-americana, subsidiária da International CableTel, que operava no Reino Unido por meio da empresa de TV por cabo NTL.

muitos problemas, sendo o principal deles a cobertura. Eles pretendiam iniciar as transmissões com 70% de cobertura, mas conseguiram apenas 40%. Aproximadamente 30% dos telespectadores devolveram as set-top-boxes porque não recebiam o sinal. Em 2002 a empresa decretou falência e o Reino Unido teve que repensar a sua estratégia relativa à TV digital terrestre.

A tecnologia de transmissão precisou ser reconfigurada, para evitar os erros do passado na recepção do sinal. Em Julho de 2002, as licenças para a operação dos multiplexers vagos com a falência da ONdigital/ITV foram entregues a um consórcio liderado pela BBC, com participação da Crown-Castle. Em Outubro de 2002, o grupo lançou o *Freeview*, uma plataforma gratuita, com 28 canais, entre os quais canais de compra, viagens, notícias, documentários, programação infantil, rádio, além de três canais da BSkyB.

As mudanças foram bem aceitas e, em apenas quatro meses após o lançamento da Freeview, foram vendidos mais de meio milhão de descodificadores (Goodwin, 2005). Hoje, a Freeview disponibiliza 40 canais e mais de 20 estações de rádio. Apesar de não ser cobrada assinatura mensal é preciso comprar uma set-top.box, para receber os sinais digitais. A mais básica custa £25¹⁰. Segundo o Ofcom, no final de 2008, 69% das casas do Reino Unido já recebiam os sinais da TV digital terrestre. Apenas 11% ainda recebem o sinal terrestre analógico¹¹. O apagão analógico no Reino Unido está previsto para 2012.

3.2 - Espanha

A TDT espanhola ganhou contornos a partir da aprovação do “Plano Nacional Técnico para a Televisão Digital Terrestre”, em 9 de Novembro de 1998, por meio do Decreto Real 2169/1998¹², que limitou o uso do espectro. Foram estabelecidos cinco multiplexers nacionais. 3,5 foram concedidos para utilização em sistema de Pay-TV. Um foi destinado à TV aberta, para comportar os canais já existentes na TV terrestre analógica. Meio multiplexer foi destinado a dois novos operadores, decididos

¹⁰ http://www.digitaluk.co.uk/cost_and_options/service_comparison/one-off_payment/freeview. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

¹¹ http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/dtv/dtu_2008_04/q42008.pdf. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

¹² http://noticias.juridicas.com/base_datos/Derogadas/r0-rd2169-1998.html. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

por meio de concurso público, também para a transmissão em TV aberta (Harrese e Herrero, 2005).

A concessão de utilização dos multiplexers nacionais ficou da seguinte forma:

1 multiplexer	Plataforma free-to-air, reservada aos canais nacionais que já existiam na TV terrestre analógica: TVE (dois canais), Antena 3, Telecinco e Canal Plus.
0,5 multiplexer	Plataforma free-to-air concedida a dois novos broadcasters que venceram um concurso público para emissão apenas em sinal digital: Veo TV e Net TV.
3,5 multiplexers	Plataforma em Pay-TV, com 14 canais, concedida à empresa Onda Digital, que lançou a Quiero TV.

O início da TDT espanhola foi um fracasso. A Quiero TV, que seria a grande novidade, estreou em 5 de Maio de 2000. A licença havia sido atribuída em 18 de Julho de 1999. Oferecia 14 canais de TV, sete de rádio e acesso à Internet por meio da televisão, que era o principal diferencial da Quiero TV. No entanto, quando o projecto foi elaborado, em 1998, a perspectiva de crescimento do número de utilizadores da Internet era grande, mas a possibilidade de conexões era ainda escassa. Com essas dificuldades, o grupo foi perdendo subscritores, por conta da baixa qualidade dos serviços prestados, e acabou por ser extinto em dois anos, no dia 30 de Junho de 2002.

A Quiero TV chegou a atingir um ápice de 200 mil assinantes, mas quando encerrou as actividades contava com apenas 90 mil, num claro sinal de que não supriu as necessidades do seu público. Além disso, e apesar de oferecer serviços exclusivos, a Quiero TV enfrentou uma forte concorrência na Pay-TV, sobretudo via satélite que, na altura, já possuía mais de um milhão de subscritores e oferecia um maior número de canais (Sabés Turmo, 2006).

A situação crítica do início da TDT levou o governo a rever suas políticas e relançar a TDT, em 30 de Novembro de 2005. Como ocorreu no Reino Unido, a estratégia da Espanha foi reforçar o canal público e apostar numa na TV aberta, *free-to-view*. Houve uma redistribuição das frequências e estabeleceram-se 20 canais. A RTVE ficou com cinco canais e passou a oferecer, além do que já havia na TV analógica, um canal de informação 24 horas, um canal de desporto e um canal que dividia sua programação em programas infanto-juvenil e programas antigos da RTVE, no estilo “memória”. Os privados passaram a emitir sobretudo canais baseados em programas de desporto, ficção, musicais e entretenimento familiar (Bustamante, 2008). A TDT espanhola ficou então da seguinte forma:

RTVE	5 canais
Telecinco	3 canais
Sogecable	3 canais
Antena 3	3 canais
Vevo TV	3 canais
Sexta	2 canais
Net TV	1 canal

Hoje a TDT em Espanha caminha a passos largos para conseguir realizar o apagão analógico, em 2010. Já foram vendidos no país, desde 2003, 16,3 milhões de descodificadores e mais de 500 mil televisores já equipados com sintonizador digital. Cerca de 48% dos lares espanhóis recebem a TDT e o número de novos acessos cresce a cada mês. Em Março de 2009, foram vendidos mais de um milhão de novos descodificadores (Impulsa TDT, Março de 2009¹³).

Em relação às regiões autónomas e à TV regional, a normatização começou tardiamente, com o “Plano Técnico Nacional de Televisão Digital Local”, aprovado em Março de 2004. Em Dezembro o Plano foi modificado e foram definidas 281 regiões, que poderiam receber um multiplex cada, com capacidade para quatro canais (1.124 ao todo)¹⁴.

¹³ http://www.impulsatdt.es/pdf/boletin/INFORME_MARZO_2009.pdf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

¹⁴ <http://www.impulsatdt.es/pdf/impulsa-tdt-anuario-08.pdf>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

O mercado de televisões locais em Espanha é forte, mas heterogéneo. Abriga canais públicos, canais de pequenas empresas e também de grandes grupos. A migração para o digital tem sido um processo conturbado e com grandes diferenças de região para região, já que as concessões, tanto dos canais autonómicos quanto dos canais locais, são dadas pelos respectivos governos regionais. Essas concessões, em alguns casos, têm suscitado acções judiciais. Há questionamentos sobre a influência do poder público e dos grupos privados e dúvidas são suscitadas em relação ao futuro da TV regional espanhola, pois muitas das pequenas empresas que operam no cenário televisivo analógico não possuem recursos para garantir a manutenção na transição para o digital terrestre, possibilitando a entrada de grandes grupos no cenário local¹⁵.

4 - Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Suécia e Finlândia: os primeiros a realizarem o switch-off analógico

4.1 - Alemanha

A televisão terrestre na Alemanha é pouco representativa, em comparação com outras plataformas. Em 2002, quando houve o arranque da TDT no país, apenas cerca de 5% das casas recebia o sinal terrestre. O restante recebia o sinal televisivo por cabo e satélite. Além disso, diferentemente de outros países europeus, os alemães contavam com um grande número de canais free-to-air, sendo 30 por cabo, mais de 100 via satélite e 10 por via terrestre. Entre esses canais da TV aberta, podem ser vistos canais eróticos e desportivos, com transmissões ao vivo de jogos de futebol e provas de Fórmula 1. Isso, em outros países, representa uma oferta exclusiva em Pay-TV. A TV alemã é, portanto, financiada quase que exclusivamente por publicidade. Tais características tornaram o mercado televisivo alemão saturado, antes mesmo da entrada da TDT (Mohr e Thomas, 2005).

¹⁵ A televisão nas regiões autónomas da Espanha é algo de extrema influência no país, haja vista o grande número de canais. No entanto, como estamos a observar, neste estudo, o mapeamento da TV digital na Europa, sob a óptica dos avanços e atrasos na implementação do sistema, não é nosso objectivo detalhar a televisão regional espanhola. Tais informações podem ser encontradas em estudos de investigadores espanhóis, como Fernando Sabés Turmo, da Universidade de San Jorge de Zaragoza; Angel Arrese e Mónica Errero, da Universidade de Navarra; Francisco Campos, da Universidade de Santiago de Compostela; María García Leiva, da Universidade Complutense de Madrid; e David Fernández Quijada, da Universidade Autònoma de Barcelona.

O domínio de empresas públicas é forte na televisão alemã. No caso da TV terrestre, os principais operadores são os canais públicos ARD e ZDF. A TV por cabo, por sua vez, é dominada pela Deustch Telekom, que conta também com a participação do Estado como accionário. A influência privada é mais presente na plataforma via satélite (Hart, 2004).

Em 2 de Dezembro de 2008 a Alemanha realizou o switch-off analógico. No mesmo ano, dos 35 milhões de lares do país, 3,9 milhões recebiam a TV terrestre, conforme informações do DVB Group¹⁶.

4.2 - Luxemburgo

Este pequeno país, com uma população de 450 mil habitantes, possui 200 mil lares equipados com televisão. Foi o primeiro do mundo a realizar o apagão analógico, em 2006, no mesmo ano em que as transmissões digitais terrestres começaram. O país optou por ter apenas um multiplexer e a TDT estreou com seis canais, três em francês (RTL TVI, Club RTL e Plug TV) e três em alemão (RTL4, RTL5 e RTL7). No entanto, desde 1960, Luxemburgo é um dos países mais cablados da Europa e, em média, as famílias recebem 50 canais por cabo. Portanto, a TDT tem um impacto muito pequeno (Luxembourg Government, 2007).

4.3 - Holanda

O arranque da TDT na Holanda ocorreu em 2003 e em pouco mais de três anos o país já tinha desligado os sinais analógicos, tornando-se o segundo país do mundo a realizar o swich-off, em 11 de Dezembro de 2006. Quando o serviço da TDT foi lançado, optou-se por uma plataforma por subscrição, com 25 canais, que ficaram a cargo da operadora Digitenne. No final de 2008, a Digitenne contava com 750 mil subscritores, uma fatia de 11% do mercado. Já os serviços de TV por cabo, que lideram o mercado televisivo holandês, possuem seis milhões de subscritores, o que deixa clara a pequena influência da TV terrestre no país (Impulsa TDT, 2008).

4.4 - Suécia

¹⁶ www.dvr.org. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

Os suecos desligaram seus transmissores analógicos em 15 de Outubro de 2007, num processo de transição que durou apenas dois anos. No final de 2008, 25% das casas da Suécia recebiam a TDT, segundo dados do DVB Group.

Quando se iniciaram no país as discussões a respeito da implementação da TDT, a força das companhias de TV por cabo e satélite era tanta, que elas conseguiram impor um debate que discutia a possibilidade de não haver televisão digital terrestre na Suécia, para que o espectro pudesse ser usado para outros fins. No entanto, o Governo acreditava na importância da TDT para ser justamente uma alternativa às demais plataformas.

Num acordo partidário o governo conseguiu entregar à empresa estatal Teracom, que distribuía o sinal terrestre analógico, a função de desenvolver a rede digital, que arrancou em 1999. Como ocorreu nos demais países que iniciaram ainda na década de 90 as transmissões digitais terrestres, a grande aposta era no sistema de Pay-TV, com poucos canais free-to-air. No entanto, a concorrência com as outras plataformas e os problemas técnicos, como ocorreu em Espanha e no Reino Unido, deixaram a TDT em desvantagem.

O governo pretendia, com o lançamento da TDT, garantir transmissões que protegessem a cultura sueca. Apesar da TV pública SVT ser uma *mais valia* na plataforma digital terrestre, para aumentar a competitividade com as outras plataformas foi necessário entregar licenças a grandes grupos internacionais, alguns dos quais ofereciam canais também na TV por cabo e satélite (Brown, 2005). Dados de 2008 mostram que a TDT sueca está presente em 25% dos lares do país (Impulsa TDT, 2008).

4.5 - Finlândia

A Finlândia iniciou as discussões a respeito da implementação da TDT em 1995, com o intuito de estimular a Sociedade da Informação e a indústria, sobretudo por ser o país sede de uma das maiores empresas de equipamentos electrónicos, a Nokia (Brown, 2005). Em 27 de Agosto de 2001 o país iniciou oficialmente as transmissões televisivas terrestres. Após quatro meses em funcionamento os sinais alcançavam uma cobertura de 70% da população. Em 31 de Agosto de 2007, o país realizou o switch-off analógico.

Assim como ocorreu em outros países europeus, a Finlândia iniciou as transmissões televisivas terrestres tendo o operador público Yleisradio (YLE) como um dos principais articuladores. No caso finlandês, o operador público foi o responsável por administrar implementação da rede digital terrestre, além de ter recebido uma licença para operar um multiplexer com seis canais. Ao todo, a Finlândia licenciou cinco multiplexers. O sistema adotado foi misto, com os canais free-to-air e também com uma plataforma de TV por subscrição.

5 - França, Dinamarca, Estónia, Malta, República Checa, Áustria e Bélgica: switch-off analógico previsto para 2011

5.1 - França

Mais de 60% dos lares franceses recebem o sinal da TV terrestre. O país iniciou as transmissões digitais terrestres em 2005, com o lançamento de uma plataforma free-to-air, com 17 canais, e outra Pay-TV, com 11 canais exclusivos. O país limitou o uso do espectro para as transmissões televisivas em 6 multiplexes (R1, R2, R3, R4, R5 e R6), sendo que cinco entraram logo em operação, com capacidade para 28 canais, e o sexto foi reservado para uso futuro, em aplicações da HDTV e TV móvel.

As frequências dos multiplexers em França ficaram divididas da seguinte forma¹⁷:

R1	R2	R3	R4	R6
France 2	I-Télé	Canal +*	M6	TF1
France 3	BFM TV	C+ Cinéma*	W9	LCI*
France 4	Direct 8	C+ Sport*	TF6*	Eurosport*
France 5	Gulli	Planète*	Paris 1ère*	TPS Star*
Arte	Europe 2 Tv	Canal J*	AB1*	NRJ12
LCP	TMC		NT1	

*Canais exclusivos da Pay-TV

O switc-off analógico está previsto para 1 de Janeiro de 2011.

¹⁷ <http://www.tnt-gratuite.fr/>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

De acordo com o DVB Group, em Julho de 2008, 42% dos lares da França já recebiam a TDT.

Em 2008, o Multiplexer R5 começou a ser utilizado para a TV móvel, que conta três canais públicos e 13 canais privados, sendo dois por subscrição (UMTS Forum/GSMA, 2008).

5.2 - Dinamarca

A cobertura televisiva via satélite ou por cabo na Dinamarca atinge quase 90% da população. Esses serviços oferecem plataformas pagas, mas também oferecem plataformas free-to-air. Portanto, a TDT é um meio de transmissão com uma importância menor, em relação à recepção por parte dos telespectadores. As discussões sobre as vantagens da transmissão digital terrestre ressaltavam como vantagens a possibilidade da recepção do sinal em terminais portáteis, a mobilidade e a facilidade de regionalização do sinal. Essa regionalização é algo tradicional no país, pois a TV pública TV2/Danmark tem uma estrutura de programação baseada em coberturas regionais (Tadayoni, 2005).

A TDT dinamarquesa arrancou em Abril de 2006 e o swich-off analógico está previsto para Outubro de 2009. O país possui quatro multiplexers e oferece serviços em free-to-air e também em Pay-tv.

A penetração da TDT na Dinamarca tem sido impulsionada pela presença de canais regionais. Em Janeiro de 2008, quando apenas um multiplexer estava disponível, a penetração da TV digital terrestre chegou a 21%, segundo dados do DVB Group.

5.3 - Estónia

O arranque da TV digital terrestre na Estónia ocorreu em 15 de Dezembro de 2006. Os serviços foram lançados pela *Estonian Digital Television*, uma empresa que tem como principal accionista o operador de TV por cabo *Starman*.

A TDT na Estónia iniciou com um serviço por subscrição, chamado ZUUMtv, com 18 canais. Em 2007, foram lançados canais free-to-air, entre eles o canal público ETV, além dos canais que já operavam na TV analógica terrestre e mais quatro canais exclusivos da plataforma digital. O switch-off analógico no país está previsto para

Junho de 2010, de acordo com informações do *Digital Terrestrial Television Action Group* (Digitag)¹⁸.

5.4 - Malta

Malta é um pequeno país composto por um arquipélago de cinco ilhas. Possui cerca de 420 mil habitantes e iniciou as transmissões digitais terrestres em 2005. Prevê realizar o switch-off analógico em 2010. Segundo o DVB Group, actualmente, 50% das casas de Malta recebem a TDT. Apenas 17% da população não possui um serviço de TV por subscrição.

A TDT em Malta começou com um serviço de Pay-TV. No primeiro semestre de 2009 iniciaram-se as transmissões de um dos dois multiplexers reservados para os serviços free-to-air. O segundo ainda não está a funcionar e irá transmitir canais em HDTV.

5.5 - República Checa

As emissões da TDT checa começaram em 21 de Outubro de 2005. São oferecidos mais de 24 canais free-to-air. Além do operador público Czech Television (CV) e dos dois operadores privados que já emitiam na plataforma analógica terrestre (TV Nova e Prima TV), o regulador RRTV atribuiu seis novas licenças de operação. O switch-off analógico na República Checa está previsto para 2010.

5.6 - Áustria

A Áustria iniciou as transmissões digitais terrestres no dia 26 de Outubro de 2006. O espectro foi limitado em três multiplexers, com canais free-to-air, que entraram em operação de forma gradual. O primeiro a iniciar as transmissões contemplava os canais públicos ORF1 e ORF2, além do canal privado ATV. O segundo multiplex foi lançado com seis canais. O terceiro foi dedicado à TV regional. O switch-off analógico está previsto para 2010.

De acordo com dados do DVB Group, no início de 2008 a TDT austríaca alcançava 400 mil receptores, sendo considerada uma plataforma competitiva. O número de lares com TV no país é 3,3 milhões.

¹⁸ Fonte: <http://www.digitag.org/>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2009.

5.7 - Bélgica

A Bélgica iniciou os testes da TDT em 2002, com a participação de 100 famílias que testaram sofisticadas set-top-boxes, com serviços de gravação de programas, modems ADSL e capacidade interactiva. Em Julho de 2003, iniciaram-se as transmissões oficialmente, em serviço free-to-view. Em 2008 ocorreu o apagão analógico na parte Flemish¹⁹ do país, enquanto na parte francesa está previsto para 2011.

O país precisou investir três milhões de euros para recuperar a sua rede de transmissões terrestres e adaptá-la ao digital, pois a TDT entre os belgas tem pouca penetração, sendo a plataforma por cabo a mais utilizada, atingindo 90% da população, segundo o DVB Group.

6 - Itália, Hungria, Eslovénia, Grécia e Lituânia: países que já iniciaram as transmissões e planejam o swich-off analógico para 2012

6.1 - Itália

A Itália é o país da Europa com o maior índice de penetração da TV terrestre analógica, que atinge 90% da população. Em 1990, quando foi aprovada a Lei 223/1990, que regulamentou a serviços privados de televisão em Itália²⁰, consolidou-se no país um domínio formado pelo grupo de Sílvio Berlusconi, hoje denominado Mediaset, e pela TV pública RAI, que, juntas, alcançavam cerca de 90% da audiência. Em Maio de 2001, Berlusconi foi eleito Primeiro-Ministro²¹ e suas políticas na área da comunicação foram opostas à diversificação, pois visavam manter o duopólio no país, o que fortaleceu a participação da Mediaset e da RAI no mercado digital terrestre (Gardini e Galperin, 2005).

¹⁹ Dialeto belga.

²⁰ A televisão privada em Itália já existia desde a década de 1980, mas operava por meio de bases legais provisórias (Gardini e Galperin, 2005).

²¹ A primeira eleição de Berlusconi como Primeiro-Ministro foi em 1994. Em 2001 ele assumiu o cargo pela segunda vez e permaneceu até 2006. Foi reeleito novamente em 2008.

A TDT italiana começou as emissões, oficialmente, em 1 de Janeiro de 2004. Hoje, opera com a seguinte oferta, de acordo com o DGTVi²², que é a entidade que representa os operadores italianos de televisão:

Free-to-air em simulcast	13 canais
Free-to-air exclusivo na TDT	20 canais
Pay-TV	33 canais

A RAI não opera em sistema de Pay-TV e, portanto, a Mediaset acabou por consolidar-se como o principal operador da TDT italiana, com um maior número de canais que seus concorrentes, sendo oito em free-to-air e 15 em sistema de Pay-TV.

O caso italiano é singular e tornou-se polémico, sobretudo pela necessidade de uma intervenção da Comissão Europeia, devido à política de subsídios concedidos pelo governo de Berlusconi, em 2004 e 2005, para a aquisição de descodificadores. A campanha foi um grande sucesso e, em 2005, o crescimento da TDT foi maior do que o das outras plataformas. Estima-se que o governo gastou cerca de 200 milhões de euros com esses subsídios. Logo o operador de TV por satélite Sky Italia reclamou que esta não seria uma acção legal por parte do governo. A Comissão Europeia iniciou uma investigação e concluiu que o subsídio era incompatível com o livre mercado e que, apesar de beneficiar os cidadãos, beneficiava também, algumas emissoras, operadores e produtores de equipamento (Matteucci, s/d).

Optou-se então por modificar a política de subsídios. O governo passou a fornecer dedução em imposto de renda aos consumidores que compassem televisores com os sintonizadores digitais ou descodificadores, para qualquer das plataformas digitais. A dedução era de 20% do valor do preço do equipamento, até o limite máximo de 200 euros. A Comissão Europeia acabou por aceitar a decisão, afirmando que “a medida respeita os princípios da transparência, da necessidade, da proporcionalidade e da neutralidade tecnológica²³” .

²² <http://www.dgtvi.it>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2009.

²³ <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/960&format=HTML&aged=1&language=EN&guiLanguage=en>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2009.

Em Setembro de 2008, o DGTVi divulgou que 6,3 milhões de lares italianos já recebiam a TDT, o que representa uma penetração de 30% em relação às casas que possuem televisão. Na Itália há também uma ampla presença das TVs regionais. Ao todo 14 regiões possuem multiplexers com frequências de alcance local²⁴.

6.2 - Hungria

A TDT arrancou na Hungria em 1 de Dezembro de 2008. A Autoridade Nacional das Comunicações (NHH) atribuiu a licença de operação de rede ao grupo *Antenna Hungaria*. O país terá cinco multiplexers em operação. Até o momento três estão a transmitir e os outros dois serão utilizados a partir do apagão analógico, previsto para 2012. Assim como em França, um dos multiplexers foi reservado para as transmissões em DVB-H, que é o padrão europeu para a TV móvel.

Assim que a TDT foi lançada, o peso da TV terrestre no país era de 20%. A expectativa é que uma melhor qualidade de imagem, com a HDTV, além de novos canais, pudesse atrair os telespectadores.

Os serviços da TDT na Hungria foram lançados sob a marca MinDigTV, que oferece uma plataforma free-to-air, com dois canais do serviço público de televisão que antes estavam disponíveis somente na TV por cabo e satélite (Duna TV, em alta definição, e Duna II, em definição standard). A empresa negocia ainda com dois canais privados (TV2 e RTL Klub), no entanto tem enfrentado barreiras burocráticas, devido a legislação que ainda não tem regras claras, de acordo com o Digitag²⁵. O país conta ainda com dois canais na Pay-TV, que podem ser acessados inclusive por meio de um cartão de pré-pagamento.

6.3 - Eslovénia

Segundo o DVB Group, a Eslovénia planeou a operação de seis multiplexers e iniciou os testes de transmissão em 2000. O lançamento oficial da TDT ocorreu em 2007 e até o momento apenas um está a funcionar, operado pelo TV pública RTV SLO. O segundo multiplex já foi licitado e deverá ser operado por uma empresa norueguesa.

²⁴ As regiões com cobertura local e os respectivos canais disponíveis em cada uma delas podem ser consultados no endereço http://www.dgtvi.it/stat/Canali_e_Servizi/Canali_lokali/Page1.html. Acesso em 27 de Fevereiro de 2009.

²⁵ <http://www.digitag.org/WebLetters/2009/External-Feb2009.html>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2009.

6.4 - Grécia

Na Grécia, as transmissões começaram em 1 de Novembro de 2008, com o operador público ERT. Antes, o país enfrentou um processo de infracção por parte da União Europeia, por não implementar a Directiva da Concorrência nas Comunicação Electrónicas. Em 2007, a Grécia criou novas leis para liberalizar os serviços de radiodifusão, e impedir uma concentração que ferisse as leis de mercado impostas pela Europa. Agora o governo prepara um concurso público para conceder licenças a operadores privados, segundo informações do Digitag.

6.5 - Lituânia

As transmissões começaram em 2006, com três canais, e depois, gradativamente, foram sendo adicionados novos canais e novas licenças ao operador público e operadores privados. O país planeou plataformas free-to-air e Pay-TV, segundo o DVB Group.

7 - Eslováquia, Bulgária, Letónia, Roménia, Polónia, Irlanda, Chipre e Portugal: países que ainda não iniciaram as transmissões

7.1 - Eslováquia

Os serviços digitais terrestres na Eslováquia deveriam ter começado em Agosto de 2008. Seriam atribuídas as frequências relativas a dois multiplexers. No entanto, a escolha pela compressão Mpeg4 acabou por gerar contestações em tribunal, pois uma das empresas interessadas alegou a que a compressão escolhida favorecia um dos concorrentes. A Comissão Europeia divulgou que a Eslováquia espera conseguir realizar o lançamento da TDT até 2010 e o swich-off analógico em 2012.

7.2 - Bulgária

A Bulgária anunciou, em Março de 2009, a realização de um concurso público para licenciar a operação de três multiplexers. Dois começaram a operar si simultaneamente, nas principais cidades do país, com a cobertura gradual, que deve atingir 95% da população até 2012.

7.3 - Letónia

O lançamento da TV digital terrestre na Letónia estava inicialmente previsto para 2003, mas um escândalo de cunho político-económico acabou por paralisar a implementação da TDT. Tratava-se da possibilidade de venda total, a uma companhia estrangeira, da *Digital Radio and TV Centre* (DLTRC), o maior grupo de telecomunicações do país, onde o estado tem uma participação de 51%. Em Maio de 2006, a DLTRC mudou o nome para Lattelecom, com o intuito de valorizar a empresa, cuja ideia de privatização ainda é discutida. A polémica atrapalhou os planos do país. Agora, apesar dos testes de transmissão terem começado em 2007, prevê-se que a TDT seja lançada apenas em 2011 e não há ainda uma previsão para o apagão analógico²⁶.

7.4 - Polónia

A Polónia vem realizando testes com a TDT desde 2001. O arranque oficial está marcado para Setembro de 2009. O país terá três multiplexers. Um deles vai transmitir os canais que já existem na TV terrestre analógica (TVP1, TVP2, TVP Info, Polsat, TVN, TV4 e TV Puls). Os outros dois entrarão em operação provavelmente em 2010, com novos operadores e também com transmissões para a TV móvel. As plataformas serão free-to-air.

A Polónia já anunciou que não deve realizar o swich-off analógico até 2012, conforme determinou a Comissão Europeia. O apagão analógico no país está previsto para o dia 31 de Julho de 2013.

A TV terrestre é a plataforma com maior penetração entre os polacos. Segundo dados do DVB Group, aferidos em 2007, a TV terrestre analógica atinge 53% da população, enquanto a TV por cabo chega a 33% e a TV via satélite é assistida por 20%.

7.5 - Roménia

A Roménia é um dos países mais atrasados na implementação da TDT, pois nem mesmo iniciou o concurso para a atribuição de frequências. A expectativa é que o país consiga iniciar as transmissões em 2010. O espectro para as emissões televisivas deve ser limitado em oito multiplexers, de acordo com o DVB Group.

7.6 - Irlanda

²⁶ <http://www.broadbandtvnews.com/?p=13538>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2009.

A atribuição das licenças de operação de quatro multiplexers já está em curso. A TDT na Irlanda será free-to-air. Três multiplexers serão atribuídos por meio de um concurso público e um quarto multiplexer será destinado ao operador público RTE. O swich-off analógico está previsto para 2012, conforme informou o Digitag.

7.7 - Chipre

Segundo o Digitag, 50% dos habitantes do Chipre assistem a televisão terrestre. O país tem uma população de aproximadamente 855 mil pessoas e 200 mil residências equipadas com televisor. A TDT deve arrancar em 2010 e o swich-off analógico deve ocorrer até 2012.

7.8 – Portugal

Portugal, após a tentativa frustrada de lançamento da TDT, em 2001, só foi relançar os concursos públicos para a atribuição de frequências e de licença para operação de distribuição, em 2008. A PT foi o grupo vencedor dos dois concursos.

O país terá seis multiplexers (A, B, C, D, E e F), sendo que um deles, O mux A, será destinado à plataforma free-to-air e os demais para a Pay-TV.

O Multiplexer A abrigará os canais já existentes: dois públicos (RTP1, RTP2) e dois privados (SIC e TVI). Ficou definido que o Mux A também seria utilizado por um 5º canal generalista, cujo operador seria definido por meio de um concurso público. Esse concurso chegou a ser iniciado mas as candidaturas apresentadas não foram aceites, porque os projectos foram considerados insuficientes. O concurso está a ser contestado em tribunal por uma das empresas concorrentes.

No caso da Pay-TV, dois multiplexers (B e C) terão alcance nacional e três (D, E e F) terão alcance regional.

Todos os multiplexers serão distribuídos pela PT, o que transformou em monopólio o que era um mercado livre, pois a distribuição da TV terrestre analógica está sob a responsabilidade dos operadores de televisão, sendo que a TVI, o grupo privado responsável pelo canal com maior audiência no país, tem a sua rede própria de distribuição. Agora, como só a PT terá o direito de realizar as transmissões dos sinais digitais, a rede da TVI será operada pelo grupo, mediante um acordo feito antes das

candidaturas ao concurso de operador de distribuição fossem apresentadas, por conta dos rumores de mercado que indicavam a PT como favorita a vencer.

Portanto, o grande actor da TDT portuguesa é a PT, que ganhou as licenças para distribuir os sinais dos seis multiplexers e ainda ganhou a licença para operar como gestor de conteúdo dos cinco multiplexers da TV por subscrição. Tal situação leva a PT a possuir o maior número de plataforma de TV por subscrição no país, pois opera por meio da TV via satélite, da IPTV e agora prepara-se para as operar por via terrestre digital.

O início das transmissões da TDT será no dia 29 de Abril de 2009, quando entra em funcionamento o Multiplexer A. O alcance dos sinais digitais terrestres será gradual, sendo que, ao final de três anos, antes do swich-off analógico, previsto para 2012, 99% da população deverá estar apta a receber os sinais free-to-air. No caso da Pay-TV, foi dado um prazo de 3 anos e seis meses para que 75% da população seja coberta.

Ainda não se sabe quando serão iniciadas as transmissões dos Multiplexers B, C, D, E e F.

A TDT em Portugal ficou estabelecida da seguinte forma:

Multiplexer	Canais
A	Plataforma free-to-air, com operação em simulcast até o apagão analógico. Transmissão dos canais já existentes na TV anaólga terrestre: RTP1, RTP2, SIC e TVI. Espaço para mais um canal generalista, cujo concurso não teve candidaturas aprovadas e está a ser questionado em tribunal.
B	PT – Canais nacionais em plataforma paga
C	PT – Canais nacional em plataforma paga
D	PT – Canais regionais em plataforma paga
E	PT – Canais regionais em plataforma paga
F	PT – Canais regionais em plataforma paga

O monopólio de distribuição entregue á PT e também as vantagens que o grupo irá possuir no mercado de TV por subscrição, por ser proprietário de três plataformas diferentes, poderá causar uma mudança no mercado da TV paga em Portugal, hoje dominado pela operadora Zon Multimédia, que possui uma plataforma de distribuição de TV por cabo que, em 2007 representava 72% das receitas dos serviços de TV por assinatura (Anacom, 2008).

Segundo o Obercom (2008), em Fevereiro 2008, 99,5% da população portuguesa tinha pelo menos um televisor e 56,3% da população utilizava exclusivamente a recepção terrestre.

8 – Conclusão

Apesar de haver uma política comum para o audiovisual, o mercado europeu é heterogéneo. Dos 27 países da União Europeia, cinco já desligaram os sinais analógicos terrestres, sete ainda não iniciaram as transmissões da TDT e os demais iniciaram a implementação e tentam ajustar os seus respectivos mercados, em sintonia com as demandas existentes. Essas demandas variam de acordo com a penetração da TV terrestre e de outras plataformas.

O crescimento de plataformas alternativas, como a TV por cabo e via satélite, reduziram a impacte da TV terrestre, que antes da política de desregulamentação do mercado, nos anos 80, vinha ancorado nos monopólios das TVs públicas. Em países com Alemanha, Bélgica e Holanda, as transmissões terrestres interessam mais devido às possibilidades de uso do espectro para serviços diferenciados, como a TV móvel e serviços de interactividade, do que para transmitir sinais televisivos para as residências.

Quando a TDT estreou na Europa, nos anos 90, havia uma grande expectativa em torno da tecnologia. No entanto, as experiências fracassadas de países como Inglaterra, Espanha e Suécia, que tentaram implementar a TV digital terrestre naquela época, mostraram que o telespectador, por ter opções de qualidade, não estaria apto a pagar por algo que ainda não oferecia vantagens significativas em relação ao que ele já possuía.

A solução, que ainda vem sendo utilizada em muitos países, foi reformular os planos iniciais e apelar para a força dos operadores públicos, como forma de segurar as audiências em plataformas gratuitas da TDT. O mercado mostrou que, para cobrar pelos serviços terrestres, mesmo sendo eles digitais, era preciso oferecer bons diferenciais. É ainda este o impasse nos locais onde a TDT ainda não está consolidada.

A situação é ainda mais obscura nos sete países onde a TV digital terrestre sequer teve suas transmissões iniciadas: Portugal, Polónia, Roménia, Irlanda, Chipre, Letónia e Eslováquia.

Portugal tentou colocar a TDT em funcionamento no ano 2001, mas as experiências fracassadas de outros países fizeram o país recuar em suas intenções. Ao retomar os projectos de implementação da TV digital terrestre, há apenas quatro anos para o fim do prazo para o switch-off analógico, o país vê-se numa situação de urgência, para não deixar de cumprir o calendário estabelecido pela Comissão Europeia. Por ser um país onde mais da metade da população depende exclusivamente dos sinais terrestres, o governo decidiu que, além dos quatro canais analógicos generalistas, os telespectadores teriam um novo canal, exclusivamente digital, o que seria um incentivo para que os cidadãos comprassem os descodificadores. No entanto, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) não aceitou as candidaturas apresentadas. O governo não apresentou uma alternativa diante do facto, o que mostra a falta de planeamento, resultante da necessidade de colocar em prática, em ritmo acelerado, um projecto de grande relevância.

Essa falta de uma definição concreta, e devidamente pensada e discutida dentro de prazos alargados, levou Portugal a conceder a um único grupo, no caso A PT, toda a gestão dos seis multiplexers que transmitirão os sinais digitais, Caberá à PT formular um plano para conseguir cobrir 99% da população em três anos, no caso da TV aberta, e 75%, no caso da TV por subscrição. Estabeleceram-se algumas regras, como a transmissão em simulcast dos canais já existentes e a limitação do espectro para a transmissão de canais regionais. Mas, há poucos dias para a estreia da TDT o que existem são mais dúvidas do que certezas, pois não estão definidos os serviços que serão disponibilizados aos cidadãos a partir da digitalização dos sinais televisivos.

Ao observarmos o exemplo dos principais países europeus onde as transmissões já começaram e onde o peso da TDT é grande, como Itália, França, Reino Unido e

Espanha, o mercado já opera com novidades, como a TV móvel, e, mesmo assim, ainda busca perceber a lógica da TDT e as mudanças que ela traz, porque o que se passa na cabeça do telespectador é uma incógnita, e é justamente ele que irá definir os rumos desta nova televisão.

9 – Bibliografia

Livros

Arrese, Angel; Herrero, Mónica (2005). *Spain: a market in Turmoil*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Bourreau, Marc (2005). *France: attempting to enhance competition in an oligopolistic market*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Brow, Allan (2005) *Sweden: the digital threat to cultural sovereignty*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Brow, Allan (2005) *Finland: uncertain digital future in a small market*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Del Monte, Alfredo (2006). *The development of digital broadcasting in Italy*. In Cave, Martin; Nakamura, Kiyoshi (ed.) Digital Broadcasting. Edward Elgar, Cheltenham.

Freedman, Des (2008). *The politics of media policy*. Policy Press, Cambridge.

Galperin, Hernan (2004). *New television, old politics: the transition to digital TV in the United States and Britain*. Cambridge University Press, Cambridge.

Gardini, Francesca; Galperin, Hernan (2005). *Italy: slow penetration, high potential?* In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Goodwin, Peter (2005). *United Kingdom: never mind the policy, feel the growth*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). Digital Terrestrial Television in Europe. LEA, London.

Grimme, Katharina (2001). *Digital television: standardization and strategies*. Artech House, London.

Hart, Jeffrey (2004). *Technology, television and competition: the politics of digital TV*. Cambridge University Press, Cambridge.

Martins, Manuel (2005). *Portugal e a Europa*. PF, Sintra.

Mohr, Nikolaus; Thomas, Gerhard (2005). *Germany: large free-to-air offerings delay digital take-up*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). *Digital Terrestrial Television in Europe*. LEA, London.

Starks, Michael (2007). *Digital Television: UK public policy and the market*. Intellect, Bristol.

Tadayoni, Reza (2005). *Denmark: emulating Sweden, but hesitating*. In Brown, Allan; Picard, Robert (ed). *Digital Terrestrial Television in Europe*. LEA, London.

Artigos

Denicoli, Sergio; Sousa, Helena (2007). *Os bastidores da TV digital terrestre em Portugal: actores políticos e económicos*. [Em linha]
<http://tvdigital.files.wordpress.com/2007/09/os-bastidores-da-tv-digital.doc>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

Enrique Bustamante, 2008. *La televisión digital terrestre en España. Por un sistema televisivo de futuro acorde con una democracia de calidad*. [em linha]
<http://www.almendron.com/politica/pdf/2008/9003.pdf>

Matteucci, Nicola (s/d). *Multiplatform Competition and State aid in EU digital TV: a comparative assessment*. [em linha]
http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1005&context=nicola_matteucci

Relatórios

Anacom (2008). Serviço de Distribuição de Televisão por Assinatura. [em linha]
http://www.anacom.pt/streaming/serv_distrib_tv_assin.pdf?contentId=742604&field=ATTACHED_FILE

Convergence of the telecommunications, media and information technology sectors, and the implications for regulation (1997). Green Paper. European Commission. [Em linha]
http://aei.pitt.edu/1160/01/telecom_convergence_gp_COM_97_623.pdf . Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

Digitag (2008). Analogue switch-off. [Em linha]
<http://www.digitag.org/ASO/ASOHandbook.pdf>. Acesso em 1 de Março de 2009.

Impulsa TDT (2008). Anuário TDT 2008. [em linha]
<http://www.impulsatdt.es/pdf/impulsa-tdt-anuario-08.pdf>

Hahn Report (1981). European Parliament. [Em linha]
<http://aei.pitt.edu/3120/01/000057.PDF>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2009.

Luxembourg Government (2007). About media in Luxembourg. [em linha]
http://www.gouvernement.lu/publications/luxembourg/ap_medias_2007/AP_medias_2007_EN.pdf

Obercom (2008). **Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal: Caracterização do Acesso TV 2008.** [Em linha]
<http://tvdigital.files.wordpress.com/2008/09/obercom-acesso-tv-2008.pdf>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2009.

Ofcom (2008). The Communications Market: Digital Progress Report Digital TV, Q4 2008. [Em linha]
http://www.ofcom.org.uk/research/tv/reports/dtv/dtu_2008_04/q42008.pdf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

UMTS Forum/GSMA (2008) Sustainable Economics of Mobile TV services. [Em linha]
http://www.umts-forum.org/component/option,com_docman/task,doc_download/gid,1905/Itemid,12/.
Acesso em 25 de Fevereiro de 2009.

Obercom (2008). **Perspectivas de Implementação da Televisão Digital em Portugal: Caracterização do Acesso TV 2008.** [Em linha]

<http://tvdigital.files.wordpress.com/2008/09/obercom-acesso-tv-2008.pdf>. Acesso em 25 de Fevereiro de 2009.

Television Without Frontiers (1984). Green Paper. [Em linha]

http://aei.pitt.edu/1151/01/TV_frontiers_gp_pt_1_3.pdf. Acesso em 15 de Fevereiro de 2009.

Websites:

Broadband News. www.broadbandtvnews.com. Acesso em 15 de Março de 2009.

Digitag. www.digitag.org. Acesso em 15 de Março de 2009.

Digital UK. www.digitaluk.co.uk. Acesso em 15 de Março de 2009.

DVB Group. www.dvb.org. Acesso em 15 de Março de 2009.

Europa. www.europa.eu. Acesso em 15 de Março de 2009.

European Audiovisual Observatory. www.obs.coe.int. Acesso em 15 de Março de 2009.

Noticias Juridicas. www.noticias.juridicas.com. Acesso em 15 de Março de 2009.

Televisione Digitale Terrestre. www.dgtvi.it. Acesso em 15 de Março de 2009.

Télévison Numérique Terrestre. www.tnt-gratuite.fr. Acesso em 15 de Março de 2009.

TV digital em Portugal. www.tvdigital.wordpress.com. Acesso em 15 de Março de 2009.